O CAOS NOS TRILHOS E A PRESSA PELO PRÓXIMO DESTINO

- **Caos ferroviário:** Falha na Linha 8-Diamante, passageiros presos nos vagões, falta de ventilação e iluminação e evacuação arriscada pelos trilhos.
- **Responsabilidade estadual:** Histórico de falhas operacionais, fiscalização das concessionárias e obrigação do governo paulista de garantir segurança e qualidade no transporte.
- **Prioridades políticas:** Contraste entre os problemas enfrentados pelos passageiros e a atenção do governador Tarcísio de Freitas às articulações políticas após as eleições.

Há algo profundamente errado quando passageiros precisam quebrar janelas e caminhar pelos trilhos para conseguir sair de um trem. São pessoas que acordaram cedo, pagaram passagem e esperavam chegar ao trabalho. Em vez disso, enfrentaram uma situação de risco no sistema ferroviário da maior metrópole brasileira. As imagens desta quinta-feira, em São Paulo, deveriam constranger qualquer autoridade responsável pelo transporte público.

Na Linha 8-Diamante, uma falha deixou passageiros presos entre as estações General Miguel Costa e Carapicuíba. Houve relatos de falta de ventilação, iluminação e informações. Idosos, crianças e pessoas com dificuldade de locomoção precisaram de ajuda para descer dos vagões. Passageiros caminharam pelos trilhos, numa cena que expôs a precariedade do atendimento durante a ocorrência. Para completar, a concessionária demorou a reconhecer o problema em seus canais oficiais.

O episódio seria suficientemente grave se fosse uma ocorrência excepcional. Mas o histórico recente da linha impede essa interpretação confortável. Em agosto, dois descarrilamentos foram registrados em menos de 24 horas. Problemas de operação, interrupções e reclamações de passageiros já colocaram a qualidade das concessões ferroviárias no centro das discussões sobre a infraestrutura paulista. O que aconteceu nesta quinta-feira exige mais do que uma nota explicando a falha técnica.

A Linha 8 é administrada por uma concessionária privada, mas o contrato é estadual. Cabe ao governo fiscalizar, exigir o cumprimento das obrigações e aplicar as medidas previstas quando o serviço não corresponde ao contratado. A transferência da operação para uma empresa não transfere a responsabilidade política por aquilo que acontece com os passageiros.

Há uma distância considerável entre a São Paulo apresentada em anúncios de investimentos e aquela enfrentada por quem depende diariamente dos transportes. Obras e ampliações são necessárias, mas o passageiro também precisa que o serviço existente funcione. Uma nova estação anunciada não resolve o problema de quem ficou preso numa composição. Um contrato bilionário não oferece segurança por si só. E uma promessa de modernização vale pouco para quem precisa caminhar sobre os trilhos para chegar ao destino.

Também seria injusto atribuir todos os problemas do transporte paulista a um único governo. Há deficiências acumuladas durante décadas, responsabilidades municipais e estaduais e dificuldades próprias de uma rede gigantesca.

Reconhecer isso, porém, não diminui as obrigações de quem está no comando

hoje. Governar significa assumir problemas herdados e responder pelos que surgem durante a própria gestão.

São Paulo tem dimensão econômica, população e recursos que tornam ainda mais difícil aceitar cenas como as desta manhã. A fiscalização precisa produzir consequências concretas, e os passageiros merecem saber quais providências serão tomadas para evitar novos episódios.

Tomara que o transporte público de São Paulo receba a mesma atenção e agilidade que o governador Tarcísio de Freitas vem dedicando às articulações políticas, amplificadas por entrevistas e declarações poucos dias depois do segundo turno. Quem depende dos trens certamente gostaria de ver essa disposição na solução dos problemas que enfrenta diariamente. Afinal, ainda há muito a fazer em São Paulo antes de começar a pensar no próximo destino.

